MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral das Indústrias

Decreto n.º 13:647

Atendendo a que são manifestamente exíguos, em vista da desvalorização da moeda, os depósitos exigidos pelo regulamento sobre substâncias explosivas de 29 de Fevereiro de 1916, a que o mesmo regulamento se refere:

Ouvida a comissão dos explosivos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros do Interior, Justiça, Finanças, Guerra e Comércio e Comunicações:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º São multiplicadas pelo coeficiente 20 as cauções provisórias determinadas nos n.ºs 6.º do artigo 9.º, 5.º do artigo 10.º, 4.º do artigo 11.º e 4.º do artigo 12.º do regulamento sobre substâncias explosivas aprovado pelo decreto n.º 2:241, de 29 de Fevereiro de 1916, e elevado a 20.000\$ o limite das cauções definitivas marcado no § único do artigo 22.º do mesmo regulamento.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior, Justiça, Finanças, Guerra e Comércio e Comunicações assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 21 de Maio de 1927.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMOXA—Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Júlio César de Carvalho Teixeira.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

Decreto n.º 13:648

No memorandum sobre o problema colonial português apresentado pela nossa delegação à Conferência da Paz, por intermédio do Governo da Inglaterra, dizia-se o seguinte:

«O Governo Português está animado do firme propósito de levar para as colónias capitais e população portuguesa, esta sobretudo para os territórios onde a colonização é possível, em Angola e Moçambique . . .

«Para aumentar a colonização portuguesa nos mesmos moldes adoptados pelo Governo Brasileiro para a introdução no Brasil de colonos portugueses, projecta o Governo despendar 2.200.000 libras».

E desde então até hoje, quasi não fala ou escreve para o público o eminente colonial que elaborou este memorandum que não lembre à Nação a imperiosa necessidade de colonizar Moçambique.

Na entrevista publicada em *O Século*, de 19 de Julho de 1919, disse o general Freire de Andrade:

«A fim de que em Moçambique se mantenha a nossa nacionalidade, importa sobremaneira que ali exista um forte núcleo de população portuguesa que trabalhe e produza». E concluía assim: «Não devemos deixar que numa região tam cobiçada como a de Lourenço Marques não existam portugueses presos ao terreno, em número pelo menos tam grande como o de todos os estrangeiros reunidos. Se ali temos agricultores gregos,

italianos e de tantas outras nacionalidades, porque não procuraremos fazer com que predominem sobre elles os portugueses?»

Na entrevista publicada no mesmo jornal, em 3 de Novembro de 1920, repetia: «É sobretudo indispensável criar em Moçambique uma população portuguesa, a fim de que não corra risco o nosso domínio».

E nesse mesmo dia, no acto da posse do Alto Comissário da República, Dr. Brito Camacho, afirmou mais uma vez a necessidade de trabalhar e, «para evitar os perigos da confederação, fazer a drenagem para ali (Moçambique) de uma emigração branca, mas não, como até aqui, para exercer funções burocráticas».

Quando já se preparava para ir a Cape-Town, negociar a nova convenção entre a União da África do Sul e a provincia de Moçambique, entrevistado sobre essa sua missão pelo *Jornal do Comércio*, em 28 de Março de 1922, dizia: «Pena é que não seja maior o número de portugueses europeus que nela (colónia) vivem e trabalham».

Entrevistado por *O Século*, em Agosto, mal tinha regressado da África do Sul, declarou que «é preciso fazer de Moçambique uma colónia habitada por portugueses, com agricultura e industria portuguesas», e que «as suas receitas devem ser empregadas em obras de fomento que aumentem a sua prosperidade, permitindo que para a provincia venham muitos milhares de portugueses, que são o melhor meio da sua nacionalização».

Entrevistado pelo *Diário de Notícias*, em 12 de Dezembro, lamentou que estivesse «quasi abandonada a colonização de Lourenço Marques e o desenvolvimento de todo o resto da provincia».

E em nova entrevista, publicada na edição do mesmo jornal de 28 de Novembro de 1925, acrescentava: «melhor politica será desejar que para lá (Moçambique) vão os individuos e capitais estrangeiros de varias nacionalidades e origens».

«Para evitar o predomínio de uma delas, só há um sistema eficaz a empregar; isso mesmo deveria já ter sido feito, sobretudo para Moçambique, despendendo em preparar terrenos, habitações e meios de vida para os nossos colonos os milhares de contos que ali têm sido gastos em despesas dispensáveis».

O Dr. Álvaro de Castro, ao regressar de Paris, em 1919, onde tinha ido colaborar nos trabalhos da nossa delegação à Conferência da Paz, mal chegou a Lisboa, telegrafou para Lourenço Marques a recomendar a immediata execução do esquema de colonização do Umbeluzi.

O Dr. Brito Camacho, já então nomeado Alto Comissário para a provincia de Moçambique, começava assim o artigo editorial de *A Luta*, de 28 de Novembro de 1920: «Há que fazer a colonização da provincia de Moçambique».

E que não mudou de ideas, durante o seu governo, mostrou-o após o seu regresso. Na entrevista publicada em *O Século*, de 12 de Janeiro de 1923, claramente disse que «a nossa escravidão económica da União seria o prelúdio de uma escravidão politica, que nem precisava de ser imposta pela violencia, porque isso a tornaria inevitável».

O general Norton de Matos, no discurso proferido no banquete que lhe foi oferecido na Câmara Municipal de Lisboa, em 28 de Novembro de 1923, referindo-se à situação que nos advém da vizinhança da vigorosa e rica União da África do Sul, disse: «e a nós portugueses mais uma vez nos pertence o principal papel da nossa missão histórica».

«A nossa situação geográfica nas terras africanas — são as situações geográficas que fundem em bronze indestrutível os destinos dos povos — marca-nos bem claramente a nossa linha de acção.

«Em face da nacionalidade que se está formando com

tanta intensidade e com tamanho brilho na África do Sul, temos de nos preparar para manter mais uma vez, em distantes terras, com justo equilíbrio, a civilização latina, e acima de tudo a civilização portuguesa, que dela nasceu...

«Preparação de que maneira?

«De forma alguma guerreira ou agressiva.

«Esta preparação tem de ser, atendidas as condições de tempo e de lugar, a mesma que fizemos no Brasil. Fixar nas terras de África que nos pertencem a nossa raça com a maior intensidade».

No Congresso Colonial realizado em Lisboa em Maio de 1924, Mariano Machado, o saudável e incansável colonial de Moçambique e Angola, acentuou também que «é indispensável e urgente povoar as nossas províncias ultramarinas com emigrantes portugueses».

E o *Diário de Notícias*, de 3 de Dezembro de 1925, abre e fecha a primeira página com exortações patrióticas de dois coloniais eminentes, a favor do desenvolvimento da nossa colonização.

Como editorial, traz um artigo do Dr. António José d'Almeida, antigo colonial de S. Tomé e antigo e prestigioso Chefe de Estado, onde se diz o seguinte: «Sobre as colónias impendem verdadeiros intuitos de rapina, que revestem o triplice aspecto de roubo à mão armada, de aquisição por compra pura e simples e de desnacionalização pelos processos mais lentos, mas não menos eficazes, da chamada infiltração económica.

«O primeiro processo é difícil de executar, sobretudo não se dando acontecimentos que por agora considero afastados do conflito retaliador das nações. O segundo, embora se encontrem, sem dificuldades, algumas dúzias de portugueses que queiram exercê-lo desde que lhes ponham na palma da mão a retribuição respectiva, é de difícil execução, porque ninguém se atreveria a propor às claras semelhante espécie de negócio. Resta o último plano, que será de efeitos fatais».

A última coluna abriu com um artigo do marechal Gomes da Costa, antigo governador do distrito de Gaza, e que na colónia de Moçambique tem passado grande parte da sua vida, que começa assim:

«Como obstar a quaisquer tendências de absorção das nossas colónias por outras nações, e, sobretudo, para dar ao país a tranquillidade de espírito e sossego sobre o problema ultramarino? É evidente, ocupando efectivamente o território, por meio de uma colonização própria e inteligentemente feita, que evite o fiasco desiludir os outros acerca da probabilidade de qualquer extorsão».

E quasi no fim acrescenta:

«O perigo, e real, está na falta de previsão governativa e, portanto, na ausência de legislação adequada e que torne absolutamente impossível a desnacionalização das colónias, contrapondo sempre à entrada de estranhos a entrada e estabelecimento de nacionais em condições de nas colónias se fixarem, e em tratar a sério delas, sem escrúpulos, preconceitos nem quimeras.»

Já no artigo publicado na edição do mesmo jornal de 29 de Novembro, o marechal Gomes da Costa havia escrito: «A primeira necessidade, evidentemente, após a escolha de governantes competentes, é de dinheiro. A seguir vem a necessidade de povoar as colónias com gente portuguesa, a fim de prevenir e contrariar qualquer tentativa de desnacionalização». E na edição de 9 de Dezembro, sobre o mesmo tema, escreveu:

«O perigo da desnacionalização das colónias não está na entrada de capital estrangeiro... O perigo está em se não ter provocado nem praticado efectivamente uma larga emigração nacional para as colónias, sobretudo para aquelas em que há uma grande população estrangeira, por forma a afastar, para bem longe, quaisquer esboços de desnacionalização. Não se nacionaliza efecti-

vamente uma colónia com alguns, poucos centos, de negociantes, e algumas dúzias de agricultores; mas com muita gente, e tanta que a possa explorar eficazmente, e defender com armas na mão, quando for necessário; não se nacionalizam colónias sem aproveitar as suas riquezas naturais e sem as tornar como prolongamento da Metrópole, e sua dependência económica.»

Aí fica exposto o que prometemos ao Mundo, por intermédio da Sociedade das Nações; e também aí fica indicado o que nos têm aconselhado alguns dos nossos coloniais mais autorizados.

Que temos feito nesse sentido em Moçambique?

Pior do que nada; se nada tivéssemos prometido nem dito ou escrito a esse respeito, ninguém nos poderia julgar mal intencionados; mas prometer e advogar a ida para Moçambique de colónos aos milhares e de libras aos milhões, e termo-nos até agora limitado a instalar nas margens do Umbeluzi quatro colonos escolhidos de entre os portugueses já há anos residentes em Lourenço Marques... não tem explicação que satisfaça e nos dignifique. A agravar esta situação, veio a infiltração do capital estrangeiro, pois nos últimos três anos, só nas proximidades de Moamba, ao longo do caminho de ferro de Lourenço Marques, e nas planícies de Shangalane se estabeleceram capitais estrangeiros à roda de um terço de milhão de libras.

Não que isto seja em si um mal, pois, não mandando nós capitais para o sul de Save, não podemos impedir lá a entrada de dinheiro estranho, que ainda assim é menor inconveniente do que importar mercadorias produzidas no estrangeiro; mas porque essa entrada de capitais de fora está coincidindo com o abandono da agricultura pelos nacionais...

De facto, as últimas informações recebidas da colónia de Moçambique dizem-nos que nos distritos de Lourenço Marques e Inhambane, principalmente devido ao insucesso da cultura do algodão nos dois últimos anos, causado pela má distribuição das chuvas e pela baixa do preço, e à escassez de chuvas na corrente estação, na época própria para a preparação da terra para a semeadura do milho, grande parte dos agricultores nacionais estão atravessando graves dificuldades financeiras, alguns estão abandonando as suas explorações agrícolas, e dos restantes poucos serão os que não as estão reduzindo.

E não é só a agricultura que está em crise, ao sul da colónia de Moçambique, pois em situação mais grave está o seu comércio. Por muito tempo se supôs na Metrópole que a crise comercial provinha principalmente da dificuldade de transferências; mas a baixa do prémio, que de 90 por cento baixou a 25 por cento, sem que com isso melhorasse a situação do comércio, mostrou que a raiz de todo o mal vem da falta de produção; fôra esta grande, de modo que o comércio pudesse transaccionar em larga escala com produtos do país, quer para as necessidades internas quer para exportações, e outra seria agora a situação dos comerciantes, a maior parte dos quais só estão vivendo do que conseguem vender ao Estado ou aos funcionários, ou aos pretos que regressam do trabalho nas minas do Transvaal.

Fenómeno análogo se vem dando na indústria, que continua a lutar com a carestia da vida, escassez de mercados e dificuldades de transportes para os centros distribuidores do mundo.

Nestas circunstâncias, pode-se afoitamente dizer, com respeito ao sul do Save, o que o marechal Gomes da Costa escrevia no aludido jornal, em 9 de Dezembro de 1925: «a questão colonial tomou um aspecto de excepcional gravidade; é uma questão de vida ou de morte, em que temos de nos empenhar de corpo e alma».

E não é só aqui na Metrópole que se vê a gravidade da situação. A Associação do Fomento Agrícola da co-

lónia e a sua filial de Gaza recentemente representaram ao Governo para, sem perda de tempo, se dar começo ao aproveitamento e colonização do vale do Limpopo.

Não se pode, na verdade, adiar por mais tempo o desenvolvimento económico e a colonização nacional do sul da colónia; porque não se pode indefinidamente deixar de facultar à humanidade as utilidades que o seu território pode produzir, nem tampouco demorar-se em garantir à sua população indígena meios económicos de vida e aperfeiçoamento, sem, para os obter, ter de emigrar para países estranhos, demais a mais sabendo-se que essa emigração a vem desvalorizando física e moralmente.

A Metrópole também tem muito a lucrar com que se franqueiem à sua gente os famosos e férteis terrenos das colónias, desviando-se para elles a corrente de emigração que presentemente se dirige ao estrangeiro, pois só vivendo nas nossas colónias há a garantia de que a nossa população dará consumo aos artigos produzidos em Portugal e seus domínios, certo como é que, por toda a parte, se levantam barreiras fiscaes ao comércio dos produtos de países estranhos.

Sendo também certo que, em caso de necessidade de defesa do território nacional, é com os portugueses nêles residentes que podemos contar.

É também assim que se pensa na poderosa Inglaterra, nomeadamente depois da Grande Guerra.

Houve tempo em que se não fazia grande questão da origem dos colonos, e no que se pensava principalmente era em povoar os territórios com gente branca, viesse donde viesse: é exemplo típico disso, em 1856-1857, o estabelecimento na Kafria, da Colónia do Cabo, da legião alemã, que tinha servido na guerra da Crimeia, emigração mais tarde reforçada com a ida de mais duas mil pessoas da Alemanha do Norte. Mas hoje a orientação é completamente diferente.

Logo no primeiro relatório referente ao ano de 1919, o *Oversea Settlement Committee* dizia: «Parece portanto que, no presente momento, deve ser grande nos Domínios a necessidade de novos colonos, ingleses pelo nascimento e ingleses por inclinação (*British of birth and british in sympathies*)... Inexcedíveis cuidados têm tido por muitos anos os governos das várias partes do Império, na celebração de acordos para a troca de artigos de alimentação, de matérias primas, de minérios e de artigos manufacturados. Tais arranjos são de primeira importância, mas os seus resultados serão precários, se não houver os mesmos cuidados em distribuir e usar no máximo a população do Império.

«Os homens e as mulheres do Império Britânico é que constituem a sua verdadeira fundação. São elles que o têm trazido ao actual estado de desenvolvimento. São elles que o terão de defender, se de novo fôr preciso. No passado provieram elles, na maior parte, da mãe Pátria, e levaram com elles para o ultramar a energia e a perseverança britânicas, e os ideais britânicos de liberdade e autonomia». E concluiu assim: «The committee are convinced that, in the interest the unity of the Empire and its future defense, it is vital that the additional population which the Dominions require should be drawn from the same source in the future».

No relatório relativo a 1920, disse o mesmo *Committee*: «Uma política de colonização imperial não pode ter successo se não servir as necessidades do Império em conjunto e desenvolver os recursos dos Domínios, pela introdução nêles de novos colonos, ou, antes, de novos cidadãos, que sejam ingleses pelo nascimento e pelas tradições, e portanto ingleses pelo coração (*British by birth and tradition and therefore British in sympathy*)».

E Lord Milner, na sessão inaugural da conferência realizada no *Colonial Office* em 1, 2 e 4 de Fevereiro de 1921, entre o Governo de S. Magestade e os represen-

tantes dos Governos do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, sobre a colonização imperial subvencionada, disse também que «era pensamento de Sua Magestade que não devia ficar pedra por mover até se garantir aos Domínios que o excesso da população do Reino Unido teria oportunidade de se estabelecer, sob a sua bandeira, em países ingleses pelo espírito e ingleses pelas suas instituições».

A isto acresce que no continente de Portugal há campo largo para a colocação de artigos para cuja produção tem sido aconselhado o aproveitamento económico dos ferazes vales do sul do Save—o açúcar, o tabaco, o algodão, o milho, o arroz, etc.—, como acentuou o Dr. Brito Camacho na sua conferência sobre os recursos naturais do país, feita em 15 de Março de 1925 no Instituto Superior do Comércio.

Seria porém temeridade pensar em entrar na exploração intensiva de terras tam ricas sem ter à mão gente nossa preparada para a realizar; e seria loucura canalizar para lá a nossa emigração, sem a preparar para resistir à acção do clima e das dificuldades especiais da vida colonial, pois ninguém pode esperar encontrar sanatórios em vales sujeitos a inundações mais ou menos frequentes, como são as mais extensas planícies que marginam os rios do sul de Moçambique. Mesmo na União da África do Sul, onde o meio, em geral, é menos hostil à vida dos europeus, se reconheceu a absoluta necessidade de treinar a gente que se pretende dedicar à agricultura, internando-a em estabelecimentos de treino colonial, havendo-os desde há anos em diversos pontos da União. Recentemente até, sob os auspícios da *1820 Memorial Settlers Association*, se tem criado nas diversas províncias estabelecimentos para a admissão dos adolescentes que estão indo para a África do Sul, escolhidos e enviados da Inglaterra.

Na entrevista que Lord Selborne concedeu ao correspondente do *Star*, de Johannesburg, publicada na edição de 22 de Janeiro de 1924, disse-lhe elle:

«Eu tenho falado a muita gente a respeito da emigração para a África do Sul, e tenho-lhe mostrado quam encantador e fascinador ella vai encontrar o país. Mas tenho acrescentado sempre que são precisas duas cousas: 1.^a—capital—considerável em proporção com o que é preciso noutros domínios; e 2.^a—que o colono não gaste um *penny* desse dinheiro emquanto não tiver vivido três anos no país. Deve gastar esses três anos a adquirir experiência a trabalhar, e a aprender a apreciar as condições».

Este conselho não pode ser tido em pouca monta, porque Lord Selborne foi o último Alto Comissário da Inglaterra na África do Sul, o fundador da União, que remodelou a sorte de todos os Estados ao sul do Limpopo, com excepção da colónia de Moçambique, remodelação que pode vir a influir decisivamente na sorte dos outros países ao sul do Equador.

E que esse conselho não foi ditado de ânimo leve, mostra-o o facto de Lord Selborne o continuar a repetir em ocasiões solenes.

Falando no banquete que o Standard Bank ofereceu em Londres, em Julho de 1925, aos agricultores da África do Sul que andavam de visita à Europa, Lord Selborne disse para os presentes: «Ao jovem inglês, sem experiência, mas com boas qualidades, só tenho que aconselhar: vá para a África do Sul e dedique-se à agricultura. Mas não dou este conselho sem condições. Deve ser bem escolhido. Deve levar consigo capital e sobretudo aconselho-o a não empregar um *penny* antes de ter estado a trabalhar no país na agricultura pelo menos durante três anos».

Logo no relatório referente ao ano de 1921, o *Oversea Settlement Committee* dizia: «A provisão de treino

adequado é a chave de todo o problema da colonização do Império subsidiada pelo Estado».

No presente diploma prevê-se a instalação de um estabelecimento de treino colonial no vale do Umbeluzi, do distrito de Lourenço Marques, onde já hoje existem a Estação Experimental Agrícola e a sede dos Serviços de Colonização.

A proximidade a que essa região está da capital da colónia, a multiplicidade de vias de comunicação (rio Umbeluzi, estrada de turismo, caminho de ferro da Swasilândia, pelo telégrafo e pelo telefone) e o desenvolvimento que já aí tem a agricultura particular, levaram a decidir instalar ali a primeira fábrica açucareira adquirida por conta do Estado. A presença desse estabelecimento dará ampla e certa colocação aos produtos da actividade dos colonos internados, reduzindo assim ao mínimo, se algum houver, o encargo da sua sustentação.

Não se exige capital aos emigrantes, nem se prolonga por três anos o seu treino colonial, como recomendou Lord Selborne para os emigrantes de Inglaterra; não é preciso treino tam longo para os nossos emigrantes, porque todos eles devem sair das classes rurais, que em Portugal, quasi sem excepção, são criadas na agricultura, o que não sucede entre os ingleses, pois calcula-se que, dos quarenta e sete milhões de habitantes que tem a Gran-Bretanha e a Irlanda, a população empregada na agricultura ande à roda de um milhão e três quartos; e não se lhes exige capital, porque nessas classes não é possível encontrar, com capital próprio, emigração no volume e com as qualidades da que é preciso canalizar para Moçambique. Mas muitas vezes o amor ao trabalho, o espírito de economia, o sentimento de disciplina e outras virtudes que felizmente continuam a subsistir na população rural da Metrópole suprem a falta inicial de capital, e facultam o meio de o adquirir em pouco tempo; di-lo a história da nossa colonização em S. Tomé, em Angola, e outras colónias, para não falar dos países estrangeiros, como o Brasil, Cuba e ilhas de Sandwich, onde a colonização portuguesa continua a fazer prodígios.

O financiamento, pela Metrópole, do estabelecimento de treino colonial do Umbeluzi tem justificação no facto de a colónia de Moçambique não estar presentemente para isso habilitada, e na circunstância de a imediata colonização portuguesa do distrito de Lourenço Marques constituir um problema nacional.

E não seremos os primeiros a gastar dinheiro da Metrópole com o povoamento das colónias: a Inglaterra está gastando muitos milhões de libras, apesar de ver que os seus mais importantes Domínios também os estão gastando à larga.

Logo após o termo da guerra da Europa, promoveu a emigração dos seus antigos combatentes e de suas famílias, pagando-lhes as respectivas passagens para as colónias; por esse processo, até 31 de Dezembro de 1922, emigraram 82:196 pessoas.

Pelo *Empire Settlement Act*, 1922, foi autorizado o governo da Gran-Bretanha a despendar com os esquemas de colonização elaborados de acôrdo com os governos dos Domínios, um milhão e meio de libras em 1922 e três milhões de libras em cada um dos catorze anos seguintes.

A sombra desse regime, tem-se dado notável incremento ao povoamento das colónias britânicas, sendo para mencionar a este propósito o acôrdo celebrado em 1925 com o governo da Confederação Australiana, para o estabelecimento de 450:000 pessoas do Reino Unido, no período de dez anos, esquema que deve importar à roda de trinta e quatro milhões de libras.

Mesmo com respeito à União da África do Sul, que se tem mostrado desafecta à ida de colonos sem capital, o Governo da Gran-Bretanha entrou em acôrdo para auxi-

liar os colonos no pagamento do preço de terras e na compra de gado e alfaías, e para a instalação de duas estações de treino agrícola (*training farms*) a cargo da *1820 Memorial Settlers Association*.

Para preparar os emigrantes e ter oportunidade de afastar ou eliminar as pessoas sem qualidades de sucesso, tem procurado experimentá-los e ensiná-los nos estabelecimentos oficiais de Carterick, Claydon e Weeting Park, e tem também para esse fim recorrido aos estabelecimentos de educação de sociedades filantrópicas, como a *Salvation Army*, a *Grigielinn Boys Training Farm* e a *Church Army*.

Entre nós, já no último Congresso Colonial, Mariano Machado alvitrou que fôsem custeadas pela Metrópole, por constituírem despesas de verdadeira soberania, as feitas com as passagens dos colonos e suas famílias, a construção de casas para eles, e o desbravamento dos terrenos destinados às suas culturas.

Para auxiliar o Governo Geral da colónia de Moçambique na elaboração do esquema de treino colonial do Umbeluzi, há abundante material na África do Sul Inglesa.

Começou-se aí, no tempo de Lord Milner, com as «*experiment stations*»; vieram depois as «*training farms*»; e hoje estão tendo capital importância: para os adultos, a *Losperfontein Training Farm*, com 30:000 acres, com capacidade para 500 pessoas; o *Tenant Farmer Scheme*, generalizado por toda a União; e especialmente o *Tenant Farmer Extension Scheme*, já com os estabelecimentos de *Zanddrift* (para 150 famílias); *Uitvalgrond* (para 70 famílias) e de *Doornkop* (para 100 famílias); e para os rapazes há lá os estabelecimentos de *Tarka Bridge*, *Robain Estate* e *Baynesfield Estate*. Com o esquema de *Doornkop* dá-se até a circunstância de estar sendo aplicado para a cultura de cana sacarina, para cujo aproveitamento já foi encomendada uma fábrica de açúcar à firma *Duncan Stewart & C.^o Limited*, de Glasgow.

A verba fixada para a instalação do estabelecimento do Umbeluzi foi determinada tendo em atenção o mínimo indispensável para a obra a realizar, que também é o máximo que permitem presentemente as circunstâncias do Tesouro metropolitano.

Em *O Seculo*, de 19 de Julho de 1919, já o general Freire de Andrade considerava indispensável destinar para Moçambique um fundo de colonização, que não podia ser inferior, pelo menos nos primeiros tempos, a 600.000\$, destinado a pagar as passagens, a construção de 50 a 60 casas de habitação, a sustentar 50 a 60 famílias durante um ano e a instalar uma bateria de charruas com tractores mecânicos para arrotear os terrenos.

A verba estabelecida no presente diploma é maior, mas é por uma vez, e de efeitos continuos, e se fôr aplicada com critério e economia, bem pode vir a constituir fermento suficiente para o desenvolvimento económico e colonização do sul do Save.

Com estes fundamentos; e

Usando da faculdade que me confere o n.^o 2.^o do artigo 2.^o do decreto n.^o 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.^o O Governo da colónia de Moçambique, ouvida a Direcção dos Serviços da Agricultura, apartará da área reservada para a Estação Experimental do Umbeluzi, na margem esquerda do rio Umbeluzi, as parcelas que forem precisas para os estudos e experiências que vierem a ser convenientes.

Art. 2.^o Os terrenos que restarem da escolha determinada no artigo antecedente e bem assim os terrenos do Estado situados na margem direita do rio Umbeluzi, ainda não devidamente ocupados, serão destinados à instalação de uma estação de treino colonial agrícola, onde serão internados os emigrantes da Metrópole que pre-

tenderem dedicar-se à vida agrícola, para ali adquirirem os conhecimentos e prática conveniente nas explorações agrícolas apropriadas à região.

Art. 3.º Os emigrantes que tiverem residido no estabelecimento pelo tempo que fôr determinado no regulamento respectivo e que, durante o internamento, tenham dado provas de amor ao trabalho, de disciplina e de aproveitamento dos ensinamentos ministrados, serão preferidos na concessão de terrenos do Estado em outra região da colónia, em harmonia com a sua capacidade e aptidões atestadas pela respectiva Direcção, conforme fôr determinado nos respectivos regulamentos.

Art. 4.º O estabelecimento terá capacidade para cem emigrantes.

Art. 5.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério das Colónias, um crédito de 450.000\$, ouro ao par, para as despesas a fazer.

Art. 6.º Por conta do crédito aberto nos termos do artigo antecedente, até à importância de 120.000\$, ouro ao par, o Ministro das Colónias fará a aquisição de dois jogos de charruas e outro material agrícola conveniente para o desbravamento e preparação para cultura dos terrenos destinados à estação.

§ 1.º A Direcção da estação, quando nisso não haja inconveniente, poderá utilizar o material adquirido no desbravamento e preparação para cultura dos terrenos pertencentes a particulares que o pretendam, pelo preço do custo acrescido da percentagem de 10 por cento.

§ 2.º Quando as áreas da estação aproveitadas para cultura estiverem todas desbravadas e preparadas para ela, e o material já não seja preciso para o desbravamento e preparação dos terrenos dos particulares, será o que estiver disponível transferido para outra região da colónia, onde a sua aplicação seja conveniente para o mesmo fim.

Art. 7.º O Governo da colónia de Moçambique elaborará os regulamentos necessários para o objectivo em vista, que, depois de apreciados em Conselho do Governo, serão submetidos à aprovação do Ministro das Colónias.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Dado nos Paços do Governo da República, em 21 de Maio de 1937.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—Adriano da Costa Macedo—Manuel Rodrigues Júnior—João José Sinel de Cordes—Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa—Jaime Afreixo—António Maria de Bettencourt Rodrigues—Júlio César de Carvalho Teixeira—João Belo—José Alfredo Mendes de Magalhães—Felisberto Alves Pedrosa.

Decreto n.º 13:649

A uma larga produção de álcool na colónia de Moçambique sucedou, em 1902, o regime da absoluta proibição, decretado por Teixeira de Sousa.

Foi um passo exagerado; mas nós, os portugueses, raras vezes usamos do critério da proporção; de forma que, a título de obstar à destruição da raça indígena pelo alcoolismo, privámos a população branca de um elemento que, bem aplicado, deveria ter já proporcionado o desenvolvimento económico e social da colónia. O problema começou a ser visto pelo seu lado prático logo em 1909, com a ida para Moçambique, para dirigir a Repartição de Agricultura, de O. W. Barrett, para esse

fim cedido pelo Governo dos Estados Unidos da América do Norte.

Num dos relatórios publicados no boletim dessa Repartição, chamou êle desde o princípio a atenção do Governo e do público, para a alta conveniência de utilizar os melaços resultantes do fabrico do açúcar na produção do álcool industrial para ser utilizado como fonte de *energia*, de *calor* e de *luz*. Escreveu êle aí: «Poder-se-ia auferir um lucro adicional de 30 por cento na cultura da cana, no caso de o melaço poder ser utilizado na produção de álcool desnaturado, ou em quaisquer preparados alcoólicos... Modificadas em sentido favorável as leis que regulam o fabrico do álcool, o Vale do Limpopo passaria imediatamente a ser uma das melhores regiões do Mundo para a exploração da indústria da cana sacarina».

Nem o Governo nem o público prestaram a devida atenção ao conselho, que assim não frutificou. Foi a guerra da Europa que nos veio abrir os olhos, mostrando que o álcool, sendo utilíssimo elemento na paz, é de incalculável apreço na arte da guerra, desde o fabrico dos explosivos à alimentação das aeronaves.

E é isso que explica que o fabrico do álcool, que desde há anos vinha tomando um desenvolvimento extraordinário na França e na Alemanha, atraía a atenção dos Estados Unidos, e por forma que, sendo certo que há vinte anos apenas produziam de álcool industrial à roda de três milhões e meio de galões e em 1920 essa produção ainda foi apenas de dezóito milhões de galões, em 1926 subiu já ao décuplo—cento e oitenta milhões de galões!

E isso é fácil de compreender: ao passo que o carvão, o petróleo e as quedas de água estão localizadas pela Natureza, e as duas primeiras fontes de energia são esgotáveis com a extracção sucessiva, o álcool tem fontes inexaustíveis, porque pode ser produzido onde quer que haja terra, humidade e sol, enfim onde seja possível a vegetação.

E a importância do álcool está aumentando, não só com o descobrimento de novas aplicações e alargamento das já em uso, mas com o cada vez mais próximo esgotamento dos depósitos de petróleo, matéria prima na preparação da gasolina.

Numa memória lida na sessão anual de 1926 da Associação Americana dos Engenheiros, realizada em Filadélfia, o dr. Henry Arnstein disse: «Os recursos de óleo do Mundo estão visivelmente exaustos. Os Estados Unidos, embora extraiam 60 por cento da produção total do Mundo, consomem 80 por cento dessa totalidade; e por isso é tempo de produzir outro combustível, além do espírito de petróleo. Os geólogos pensam que em quinze ou vinte anos estarão exaustos os depósitos de petróleo dos Estados Unidos».

E que não é exagerada esta opinião, vê-se de J. V. Meigs, que na sua obra *Gasoline and other motor fuels* escreve assim: «A continuar a actual proporção da produção e consumo de óleo cru, tem sido calculado por algumas autoridades que os depósitos de óleo nos Estados Unidos estarão exaustos em 1934».

E o Mundo civilizado está procurando aproveitar-se desses avisos da ciência.

Na aludida memória, o dr. Henry Arnstein disse a este respeito:

«Como a gasolina não se queima totalmente, no fim produz monóxido de carbono, um gás tão venenoso que tem morto muitos automobilistas ao pôr o motor a trabalhar em garage fechada. Isto não pode acontecer com o álcool, porque produz dióxido de carbono, que é inofensivo no estado de concentração usual. O álcool é mais seguro porque, no caso de inflamação, apaga-se com a água, ao passo que a água na gasolina ajuda a espalhá-la, torna-a mais perigosa. Há já grande número de instalações para produzir álcool como combustível em